

OBSERVAI AS AVES DO CÉU

MT 6,25-34

Paulo Lockmann

Resumo

O artigo trabalha o texto de Mateus 6,25-34, privilegiando o meio ambiente de Israel e sua realidade socioeconômica através de breve abordagem do quadro literário de Mateus, indicando as principais motivações do autor e suas preferências temáticas.

Dado este panorama socioeconômico ambiental, conclui com a crítica de Jesus contra a ética do acúmulo de bens, que tem um impacto direto na natureza, provocando a exaustão dos recursos naturais.

Palavras-chave: *Meio ambiente. Galileia. Agricultor. Pobres de Espírito. Sermão do Monte. Aves do céu.*

Abstract

The article deals with the text of Matthew 6,25-34, favoring the environment of Israel and its socioeconomic reality through a brief overview of the literary context of Matthew, pointing the main motivations of the author and his thematic preferences. Given this socioeconomic environmental panorama, concludes with criticism of Jesus against the ethics of accumulation of goods, which have a direct impact on nature, resulting in the exhaustion of natural resource.

Keywords: *Environment. Galilee. Farmer. Poor in spirit. Sermon on the Mount. Birds of the sky.*

1. O texto e seu meio ambiente

Para tratar do meio ambiente, da natureza e do confronto trazido por Jesus, o qual coloca a permanente questão da criação do ser humano, é fundamental falar da terra de Israel e seu meio ambiente. Sim, a natureza é o espaço onde se vive a justiça do Reino.

Já no século I, a “terra de Israel” (Mt 2,20) é conhecida oficialmente pelo nome de Judeia (Lc 4,44; At 10,37); com este nome era designada como província romana. Após a revolta judaica do ano 135, se chamou inapropriadamente “Síria-Palestina” e, mais tarde, só “Palestina”. Durante os tempos bíblicos suas fronteiras foram diversas vezes alteradas. Mas, pode-se considerar, principalmente no tempo do Novo Testamento, que se compunha da Judeia no sentido estrito do termo (incluindo Idumeia), Samaria, Galileia e Pereia, cujo território ficava do outro lado do Jordão. Seus limites eram: ao sudeste com o deserto da Arábia, ao sul com o Sinai, ao oeste com o Mediterrâneo, ao norte com o Líbano, ao nordeste com Decápole, Itureia e Traconítide. Formava um quadrilátero de uns 250 km de comprimento, e de 40 a 140km de largura e cobria uma extensão de 25.000km².

O solo está constituído por diversas formações rochosas: desde a areia de Transjordânia até e areia vermelha da costa e o basalto que caracteriza a região de Tiberíades. No conjunto, se caracteriza mais por terras áridas e escassos terrenos cultiváveis¹.

A vegetação, hoje, não é a mesma dos tempos de Jesus. Os abundantes bosques desaparecem quase por completo, em consequência da ação do homem e da presença das cabras. No vale do Jordão, é tropical (palmeiras), enquanto que nos desertos do sul se reduz a poucos arbustos. Entre as árvores frutíferas, inclusive cultivadas, são três as que representam fontes básicas de produção, chegando a simbolizar Israel e a Palestina: a oliveira, a figueira e a videira. Entre os cereais, predominam o trigo e a cevada, que constituem a base da produção agrícola e também da alimentação. Cabe mencionar também algumas hortaliças como: ervilha, cebola, berinjela, alface etc.

Além dos animais selvagens, havia os domésticos, como os jumentos, que serviam de animal de carga. Entre os animais de criação, o boi, as ovelhas e as cabras compunham a maioria.

Em poucas palavras, este era o quadro nas terras da Palestina dos principais meios de produção na Palestina do Novo Testamento, mas também Antigo Testamento.

Por outro lado, vai se notar neste trabalho que não usaremos como critério de análise de tais métodos de produção o instrumentário político-ideológico, que usa Fernando Belo, visto que buscamos neste breve ensaio apenas descrevê-los e enquadrá-los historicamente, na busca de sua compreensão. Mesmo porque as dimensões e objetivos do trabalho não nos permitem ir além de uma descrição histórica, que nos ajude a perceber o meio ambiente. Seguiremos a divisão metodológica, se bem que ocidental de analisar os meios de produção do campo e das cidades.

1. NOTH, Martin. *El Mundo del Antiguo Testamento*. Madrid: Ed. Cristiandad, 1976, p. 71.

A economia da Palestina se baseava durante o I século de nossa era, essencialmente, na agricultura e esta tinha três fontes de produção: 1) o cultivo da terra, sobretudo na Galileia, para produzir cereais e frutas, donde saíam os alimentos básicos, como o pão, o vinho e o azeite; 2) a criação de gado, principalmente na Judeia, como bois, ovelhas e cabras, além de aves, como galinhas etc.; 3) a pesca, praticada, sobretudo, no lago de Tiberíades.

Além da agricultura, em menor escala, havia uma indústria pouco desenvolvida por falta de minerais no solo. Mas havia artesãos como carpinteiros, alfaiates e ferreiros. Para estes, as obras públicas eram as principais fontes de trabalho. Por fim, o comércio era bastante restrito em comparação com outras partes do mundo romano. A Judeia estava à margem das rotas comerciais; somente a Galileia estava aberta à circulação internacional.

É importante a agricultura nos meios de produção da Palestina. Prova disso é o fato de que o ano hebreu ficava dividido não pelas festividades oficiais, mas, sim, pelo tempo de semeadura e colheita, e é significativo que terminasse depois da colheita de outono. Também a sequência da vida religiosa estava determinada pelo ano agrícola, e suas três festividades mais antigas estão associadas à colheita da cevada, do trigo e das frutas de verão.

No entanto, não é fácil determinar de que posição social gozava o agricultor. Mas, as descobertas arqueológicas nos ajudam a compreender melhor a situação de seu trabalho e, até certo ponto, o espaço social ocupado².

No uso da terra, é necessário fazer uma distinção entre a posição que a Judeia e a Samaria ocupam e a da Galileia. As duas primeiras tinham uma população mais densa e homogênea, com maior incidência de pequenas propriedades; ou seja, terra era melhor distribuída. Já a Galileia, terra dos gentios, tinha um movimento de comércio e miscigenação bem maior, e isso incidia numa maior dominação real sobre as terras, que tinham população tão diversificada. Por essa razão, havia latifúndios, que eram propriedades da família real, ou dos beneméritos colaboradores do rei, que os haviam recebido como recompensa, ou ainda de indivíduos que os haviam adquirido³. Essa situação, conforme se pode deduzir, levava os proprietários a viverem fora do país, em muitos casos, e a colocar suas terras em mãos de capatazes seus, que as trabalhavam e administravam. Isso dava oportunidade, frequentemente, à infidelidade por parte de tais administradores, assim como a criação de uma conformação social estratificada. Esse quadro rico, que Jesus conhecia bem, serviu como argumento para mais de uma parábola (cf. Lc 20,9-18). Por outro lado, os que trabalhavam em tais fazendas eram lavradores, escravos e diaristas; quer dizer, homens que não tinham empregos fixos e aluga-

2. ALBRIGHT, W.F. *Arqueologia de Palestina*. Barcelona: Ed. Garriga, 1962, p. 38.

3. LEIPOLDT, J; GRUNDMANN, W. *El Mundo del Nuevo Testamento*. Madrid: Ed. Cristiandad, 1973, p. 198-199.

vam sua mão de obra de produção como diaristas. Os proprietários forasteiros, que recebiam mais rendas sem maior preocupação, e os administradores, que vi-savam lucrar o máximo, despertavam entre os oprimidos agricultores sentimentos revolucionários. Isso é curioso, visto que foi da Galileia que surgiram os grandes movimentos revolucionários como, por exemplo, os zelotes⁴.

Foi entre os agricultores que saiu mão de obra para o império, assim como para as obras públicas. Isto por causa da estrutura patriarcal em que se baseava a sociedade da Palestina, onde os filhos dos agricultores só herdavam os bens móveis, visto que a casa, a terra e o gado passavam, sem repartir, para o filho primogênito. Por essa razão, os jovens iam aprender um ofício de artesão; inclusive pode encontrar-se em tratados rabínicos a recomendação aos pais para que ensinassem um ofício a seus filhos. Com isso, muitos outros jovens emigravam com frequência para outras partes do Império Romano, para fixar-se e viver com comodidade.

A vida dos agricultores teve suas raízes mais próximas quando da ocupação da Palestina pelas tribos e clãs, onde os bens de produção eram quase comunitários, mudaram por um tipo de existência em que a propriedade privada deu uma colaboração nova na vida do povo. Os pastos seguiam sendo propriedade comum; mas os trabalhos duros, como cavar ou preparar os vinhedos, não compensavam se não fossem efetuados em campos próprios. Portanto, a terra se dividiu em tribos, estas terras em pequenas granjas, que eram unidades com cuidado pela família. Porém ao aumentar a riqueza dos agricultores foi-se criando uma classe enriquecida, que trata de comprar as possessões aos proprietários mais pobres para uni-las às suas e ir formando grandes fazendas. A esta secção pouco escrupulosa da sociedade já se refere o profeta Miqueias, quando denuncia os que “cobiçam herdades e as roubam; casas e se apoderam delas, e violam o direito do dono e o da casa, o do proprietário e de sua herdade” (Mq 2,2). Também a famosa história da vinha de Nabot (1Rs 21,1-16) mostra como fica indefeso o proprietário rural frente à riqueza e o poderio real, e como ele lutou por seus direitos até o fim.

Com as sucessivas dominações, descaracterizou-se um pouco tal domínio da terra, mudando de donos conforme a dominação estrangeira, mas já no tempo de Jesus as propriedades haviam se solidificado na Judeia e Samaria com os pequenos proprietários, e na Galileia, como vimos, com os latifúndios⁵.

A produção agrícola se regia por um calendário que um escriba rural fez um de seus alunos copiar, “quicá para exercitar sua escritura”, diz Albright⁶; a esse calendário, que foi encontrado, deu-se o nome de “*gazer*”. Não foi fácil decifrar,

4. JEREMIAS, Joaquín. *Jerusalém em el Tiempo de Jesus*. Madrid: Ed. Cristiandad, 1977, p. 20.

5. LEIPOLDT, J.; GRUNDMANN, Walter. *Op. cit.*, p. 189-191.

6. ALBRIGHT, W.F. *Op. cit.*, p. 41.

e há algumas palavras ainda em discussão. Tomamos as que nos dá Albright, por serem as mais aceitas:

“Dois meses são a colheita (de azeitona);
Dois meses são de plantar (grão);
Dois meses são de plantar tardiamente;
Um mês é cavar o linho;
Um mês é colher a cevada;
Um mês é colheita e festejos;
Dois meses cuidar de vinha;
Um mês é a fruta de outono”.

Este calendário nos mostra algo da organização do trabalho e o método de produção que de muitas formas interferiram no meio ambiente.

2. O Evangelho de Mateus

Para considerar esta passagem do Sermão do Monte temos que falar primeiro do Evangelho de Mateus ainda que de modo breve, isto porque há um quadro próprio de meio ambiente indicado no texto. Mas também desejamos caracterizar o quadro histórico-literário do Sermão do Monte, ou seja, a obra onde ele está posto. O Evangelho de Mateus tem sido atribuído ao publicano (*telones*) Mateus, que Jesus chamou para segui-lo (Mt 9,9-13). Neste chamado há, no uso do imperativo do verbo *akoloutheo*, um nível de convocação de chamado e seguimento do Antigo Testamento, mostrando assim o clima veterotestamentário que se respira no Evangelho; prova disso é que o verbo é o mesmo usado no texto da Septuaginta de IRs 19,20.

Nós reconhecemos aqui o valor da tradição que o atribui a Mateus e optamos por não entrar na discussão da autoria do Evangelho, reconhecendo, sim, que o autor era judeu.

A própria estrutura do Evangelho, segue um estilo moldado no Antigo Testamento, quer concordemos ou não com os que vinculam os cinco grandes discursos (Mt 5–7; 10; 13; 18; 23–25) com o Pentateuco, classificando-os como a nova lei do Evangelho. Não podemos ignorar até mesmo o estilo rabínico destes discursos, o que explicaria a base do “dialeto hebraico” testemunhado por Páprias, Ireneu e Eusébio, referindo-se a um texto em aramaico do Evangelho, anterior à versão grega que chegou até nós.

Muitos outros elementos no Evangelho comprovam a origem hebraica do autor e sua comunidade; esta conclusão é fundamental, quando se quer identificar o ambiente sociológico em que foi construído o texto, objeto de nosso estudo.

O texto do Evangelho de Mateus reflete assim a fé de uma comunidade cristã do Século I de que Jesus era o Messias prometido no Antigo Testamento.

Prova disso é o uso sistemático que se faz do Antigo Testamento, com uma frequência muito maior do que nos demais Evangelhos (Mt 1,1.22; 2,15-17; 4,14-16; 8,17; 11,5).

Esta fé na vinda do Messias é refletida na forma da preferência de Jesus aos deserdados da terra, ilustrado na expressão de Mt 11,25, *nepioi*, ou seja, os pequeninos, que não eram tidos como sábios e entendidos.

Estes pequeninos vão receber outros nomes no Evangelho, no Sermão do Monte são os *ptoxoi to pneumati*, pobres de espírito, mas socioeconomicamente são o mesmo grupo. Não há como iludir o fato que há uma hermenêutica do conflito no trato dos pequeninos: estes eram os excluídos, impuros, e por isso na marginalidade da cadeia de produção. Jesus ao fazer suas escolhas atrai tais pessoas. Não dá para ignorar também o conflito campo-cidade, que não se dá nos termos do Antigo Testamento, até porque a legislação do uso da terra agora era basicamente romana.

Hoje, razões literárias significativas nos fazem entender que o Sermão do Monte tem uma estrutura sólida e ajustada na vida de uma comunidade judaico-cristã e que tem em seu autor alguém desejoso de traduzir o ministério de Jesus em categorias religiosas, sociais e econômicas muito próximas desta comunidade. Prova disso são as bem-aventuranças e os confrontos sobre o uso da Lei, visto que cada sentença da Lei utilizada visava a uma restauração na ordem das relações socioeconômicas, pois esta era a função ideológica atribuída à Lei pelos Escribas. Assim, veremos que tanto os bem-aventurados têm lugar e rosto histórico, social e econômico como as sentenças da Lei corrigidas no Sermão restabelecem a justiça na vida de uma Comunidade com rosto também conhecido. Não se trata assim de discurso religioso, mas de restabelecimento da justiça de Deus, desde o ministério de Jesus até a comunidade de Mateus. E nosso texto (Mt 6,25-34) é um exemplo, pois ali o grande objetivo é o Reino, lugar onde se realiza a justiça. Jesus proclamava um Reino igualitário, onde o outro é também parte da minha preocupação com o que comer ou vestir; era uma lógica comunitária. Algo difícil para nós entendermos, já que vivemos, sobretudo, projetos pessoais de vida. Estas visões individualistas ignoram a comunidade, a natureza e qualquer cuidado com o meio ambiente.

O texto do evangelho reflete a fé de uma comunidade cristã do Século I, em que Jesus era o Messias prometido no Antigo Testamento. Prova disso é, por exemplo, o uso sistemático que se faz do Antigo Testamento (1,1; 1,22; 2,15-17; 2,23; 4,14-16; 8,17; 11,5). Tal fé é refletida no texto, trazendo em muitos momentos a situação econômico-social em que historicamente essa fé era vivida. Por outro lado, o texto reflete, também, com clareza, a fé de Jesus e de sua comunidade e, evidentemente, a situação existencial em que Jesus exerceu seu ministério. Assim o texto está aberto, da história da comunidade de Mateus à história da comunidade de Jesus, e de ambas se abre à história das comunidades

pobres no Terceiro Mundo. Quando falamos da comunidade de Mateus, optamos por acompanhar os que creem estar ela no grande quadro histórico-geográfico da Síria-Palestina, pois essa era a região onde predominava o judaísmo dos escribas, o qual se revela como uma das bases com a qual o autor do evangelho e sua comunidade se confrontaram. As longas questões sobre a lei dentro do evangelho (5,18-19.20.27.31.33) e a conhecida expressão de Jesus em Mt 5,17 – “Não penseis que vim abolir a lei e os profetas. Não vim abolir, senão dar cumprimento” – são a resposta que a comunidade dá aos escribas e fariseus em sua acusação de Jesus não ter sido o Messias; e mais: de ter sido um descumpridor da lei, assim como, também, a comunidade de seus seguidores⁷. Igualmente a comunidade preservava muito os ditos que são críticos e violentos contra os fariseus (Mt 23).

Outra razão levantada em favor da Síria está no papel relevante dado a Pedro no Evangelho de Mateus. Segundo Atos dos Apóstolos, Pedro abandonou Jerusalém anos após o Pentecostes, por volta do ano 44; isso é confirmado pela sua aparição depois em Antioquia da Síria, conforme Gl 2,11-14. Para reforçar isso, temos o fato já levantado por outros biblistas de que, após o Concílio de Jerusalém, desde o confronto de Paulo e Pedro, o qual fora influenciado por Tiago, Paulo deixou de utilizar Antioquia como ponto de partida de sua missão, apesar de voltar a visitar a cidade, conforme At 18,22. A partir daí, julga-se, então, que Antioquia e a Síria, em geral, estariam sob a influência de Pedro.

A comunidade de Mateus era, pois, composta predominantemente por cristãos convertidos do judaísmo. A tradição da Igreja defendeu sempre essa ideia, a qual, conforme veremos, pode ser confirmada pela pesquisa interna do evangelho. Alguns exemplos disso são as numerosas citações do Antigo Testamento, ou ainda a falta de explicação a numerosos usos e costumes judeus implícito no texto, o que permite supor que os leitores os conheçam. Esses usos, quando citados nos outros evangelhos, são acompanhados da devida explicação (Mt 15,1-3; cf. Mc 7,1-4). Junto a isso, esta comunidade reuniu os textos do Antigo Testamento que confirmavam sua fé em Jesus Cristo. Sem dúvida, é entre estas coleções de testemunho do Antigo Testamento que Mateus foi buscar a infinidade de textos que não se encontram nos outros evangelhos, pois tais textos se afirmariam mais propriamente perante uma comunidade cristã vinda do judaísmo. Vejamos alguns desses textos: 1,23; 2,6-7.15.17-18.23; 4,14-16; 8,17; 12,17-21; 13,35; 21,4-5; 27,9-10. Tais textos quase sempre são acompanhados de fórmulas próprias, as quais se aproximam muito de fórmulas do texto hebraico. Toda essa abordagem se dá em meio à dominação política e econômica de Roma; por isso mesmo, quando trata de questões religiosas, a comunidade deixa perceber sua resistência à dominação política econômica. Isso está particularmente visível em alguns textos que selecionamos no Evangelho de Mateus e que são referidos na continuidade deste trabalho.

7. DAVIES, W.D. *El Sermón de la Montaña*. Madrid: Ed Cristiandad, 1975, p. 23.

3. O que temos a ver com as aves do céu? (Mt 6,25-34)

Esta perícope é antecedida por vários elementos que dão conteúdo à justiça do Reino. A perícope do “tesouro no céu” (Mt 6,19-21), por exemplo, nos mostra que a pobreza típica do Reino consiste em uma escolha e renúncia à riqueza:

“Não acumuleis para vós outros tesouros sobre a terra, onde a traça e a ferrugem corroem e onde ladrões escavam e roubam” (Mt 6,19).

Em seguida, nos mostra uma incompatibilidade entre amar a Deus e as riquezas:

“Ninguém pode servir a dois senhores; porque ou há de aborrecer-se de um e amar ao outro, ou se devotará a um e desprezará ao outro. Não podeis servir a Deus e às riquezas” (Mt 6,24).

Toda a discussão junto ao texto se torna muito atual, se reconhecemos a busca por poder e dinheiro existente na civilização ocidental. Neste sentido, as demandas de riqueza estão na base de uma sociedade injusta. A cobiça é identificada com os olhos, pois o desejo de consumo desenfreado vem com o contemplar do que oferece o mercado; isto nos é denunciado em Mt 6,22-23.

Acumulação já estava inserida nas guerras gregas e romanas, onde as conquistas tinham por objetivo acumular riqueza e garantir o futuro. O estudo de L. Schottroff e W. Stegemann indica que:

*“O cotejo da realidade social da época com os textos nos mostra que a angústia da gente humilde era o tema central da fonte escrita, pois a esta mesma conclusão se chega através da exegese. Sobretudo, se situamos a exortação ao desprendimento em seu contexto literário: a fonte das *logia*. Esta exortação está intimamente ligada ao convite a deixar todo temor em caso de perseguição”⁸.*

Logia como coleção de ditos é usada para reforçar a justiça do Reino em Mateus. O que está sendo recordado por eles é que o estilo de vida desprendido, sem apego a bens, como o proposto por Jesus, confrontava-se com a administração romana, que instituíra o imposto pessoal, além do imposto da terra. Era então uma proposta marginal.

Sim, a proposta de Jesus se contrapõe aos donos da terra na Galileia, ao sistema de impostos, tudo em defesa de um estilo de vida simples.

Dentro das instruções dadas por Jesus aos discípulos, e típicas de Mateus, devemos considerar de vital importância aquela que diz: *dorean elabete, dorean*

8. SCHOTTROFF, L.; STEGEMANN, W. *Jesus von Nazareth, Hoffnung der Armen*. Stuttgart: W. Kohlhammer, 1978, p. 89-90.

dote – “de graça recebestes, de graças dai” (Mt 10,8). Esta afirmação aponta o que realmente se considerava fundamental na missão dos discípulos; eles receberam um carisma, uma graça, e deviam ministrá-lo de graça, como sinal do novo Reino, por isso a ordem de curar enfermos, ressuscitar mortos, purificar leprosos e expelir demônios. Mas como ler estas recomendações com uma lente comprometida? Ou mesmo com uma leitura que não reforce o modelo neopentecostal de missão tão popularizado na América Latina, e que tem se constituído instrumento reforçador dos mecanismos de dominação e dependência das comunidades pobres da América Latina. Seria este o sentido dado por Jesus? Teria esta terminologia outra apropriação na comunidade de Mateus?

Para buscar uma leitura diferenciada, mas popular, não adianta tomar o caminho da exegese liberal, pois esta não atinge a vivência do povo. Na verdade, a cura de enfermos, a ressurreição dos mortos, a purificação dos leprosos e a expulsão de demônios era parte de uma cosmologia carismático-escatológica e radical, na qual se projetava uma denúncia crítica ao sistema político-religioso e à estrutura socioeconômica.

Sem dúvida, a Palestina do século I tornara-se terreno fértil a movimentos de insurreição, principalmente a Galileia, onde se refugiaram deserdados e revolucionários, como os zelotes; isso só crescera após o cerco a Jerusalém e a expulsão de judeus do território da Judeia.

Assim, a enfermidade, a morte e os demônios eram mais que uma linguagem carismático-escatológica, mais que elementos de uma cosmologia místico-religiosa. Eram evidências da condição humana a que os *ptochoi* – pobres haviam sido relegados. Essas condições de doença e morte eram evocadas como instrumentos de consciência da condição a que o sistema econômico escravista havia condenado o povo. Não é à toa que a cura por excelência para essa situação em que vivia o povo era o anúncio do Reino dos Céus, a nova ordem que deveria superar a velha. Nela não haveria a doença, fruto da miséria e da exclusão. O próprio Jesus no Evangelho cria que os sinais que ele evidenciava através dos milagres, apontavam a nova ordem do Reino dos Céus. (Mt 11,4-5)⁹. Assim, a menção a essas condições denunciava o sistema religioso do puro e impuro, estruturado dentro da religião judaica, e que dava suporte ideológico ao sistema de dominação econômica que alimentava a miséria e a exclusão e, através destas, gerava doença e morte.

Sendo assim, anunciar o Reino dos Céus tornava-se um esforço missionário, no sentido de vencer o reino da doença e da morte.

Mas por que a ênfase no fazer esta obra de graça? Primeiramente, para novamente inserir a prática do Messias Jesus e seus discípulos dentro do quadro da esperança messiânica de Israel (Is 53,4; 55,1-2; 26,19; Mt 11,2-6). Por outro

9. BULTMANN, R. *Jesus – La Desmitologización del Nuevo Testamento*. Buenos Aires: Ed. Sur, 1968, p. 122.

lado, havia no mundo greco-romano magos tipo Simão (At 8,9-23), que viviam de oferecer curas e prometer milagres, cobrando os mais diferentes preços. É mencionada, também, por diferentes historiadores, a prática de alguns rabis, que cobravam pelo ensino que ofereciam, ainda que a Mishna ensinasse que não deveriam cobrar.

Sem dúvida, a sequência das recomendações vai explicitar essa ordenança a níveis radicais. Vejamos como Mateus tratou delas.

“Não vos provereis de ouro, nem de prata, nem de cobre nos vossos cintos” (Mt 10,9). Ou ainda como está no nosso texto:

“Por isso, vos digo: não andeis ansiosos pela vossa vida, quanto ao que haveis de comer ou beber; nem pelo vosso corpo, quanto ao que haveis de vestir. Não é a vida mais do que o alimento, e o corpo, mais do que as vestes?” (Mt 6,25)

Um cinturão para guardar dinheiro era equipamento considerado importante para viajantes. Mas esta alternativa é anulada para os discípulos: nada de guardar dinheiro nos cintos. Que implicação ou compromisso de fé pode-se retirar dessa ordem? Ou ainda que implicação econômica teria? Primeiro, podemos dizer que o possuir dinheiro cunhado por Roma era reconhecer sua dominação e legitimar sua ordem política. Por outro lado, nota-se o corte carismático, onde o despojamento e a vida em comunidade pregava um modo de vida simples e desapegada das riquezas. Junto a essa e confirmando-a, vêm as ordens de não levar alforjes ou bolsas, nem duas túnicas, ou sandálias, ou bordão, e conclui: “Digno é o trabalhador do seu salário”. Não há dúvida de que aqui há uma rejeição ao sistema romano, onde o imposto pessoal era cobrado de acordo com as posses da pessoa. Desse modo, as observações de Jesus são retomadas pela comunidade de Mateus para contestar, de certo modo, o sistema tributário romano. Não tendo dinheiro, não tendo duas túnicas, e tantas outras restrições fica evidente a característica de resistência aos tributos romanos, principalmente aos impostos indiretos como o “pedágio” (fielato) cobrado na entrada das cidades e calculado sobre os bens que a pessoa levava consigo. Finalmente, há uma alusão à dignidade, podemos ler justiça, que seria o direito do trabalhador ao alimento, e com ele todos os demais direitos básicos do ser humano, que o sistema escravista não reconhecia.

Isso tudo nos põe no campo da ecologia e o cuidado com a criação. É conhecido que tanto o Líbano como o Norte da Galileia eram cobertos por matas de madeiras nobres, como o cedro, cobiçado para compor o mobiliário dos ricos e reis desde o Antigo Testamento. Por exemplo, a bênção de Balaão evoca riqueza como um lugar de abundante água, árvores e especialmente um jardim preservado, que é o ideal bíblico:

“Como vales que se estendem, como jardins à beira dos rios, como árvores de sândalo que o Senhor plantou, como cedros junto às águas” (Nm 24,6).

Ou ainda o luxo e bom gosto nas construções reais pedia o cedro, veja o templo de Salomão:

“Da mesma sorte, revestiu também os vinte côvados dos fundos da casa com tábuas de cedro, desde o soalho até ao teto; e esse interior ele constituiu em santuário, a saber, o Santo dos Santos” (1Rs 6,16).

Isto custou o esgotamento de muitos pequenos mananciais de água que serviam a agricultura, fato que se intensifica no correr dos anos.

O mesmo ocorreu com o Nordeste do Brasil, a lógica da acumulação de riqueza e do luxo, condenados por Jesus no texto, trouxe esgotamento da natureza, pobreza para muitos e riqueza para poucos.

Nossa Mata Atlântica, onde o Pau Brasil é a madeira símbolo, foi devastada do Nordeste ao Sudeste restando dela apenas 14,3% das matas originais. Com sua depredação, espécies desapareceram e novamente o fenômeno da extinção das fontes de água ocorreu.

Sim, as aves do céu têm tudo a ver com nossa maneira de lidar com a criação. Elas, ao se alimentarem de sementes e frutos das árvores, seus excrementos geram novas vegetações e árvores. A derrubada indiscriminada das árvores trouxe riqueza a poucos e pobreza a muitos na Galileia e traz hoje no Brasil.

O trato com a natureza pede um estilo de vida menos acumulador, e era disso que Jesus estava falando. Respeitar o equilíbrio da natureza é cumprir a tarefa de mordomo dada por Deus na criação. Além de afetar a flora, afeta também a fauna.

Na continuidade do texto, Jesus aprofunda as antíteses: acumular / não acumular riquezas; generosidade / mesquinhar. No fundo está em jogo a fidelidade a Deus e aos irmãos e irmãs. Ainda que se tente conciliar fidelidade a Deus com o apego à riqueza, isto se torna impossível; a força de *Mamon* = riqueza e lucro, acaba se impondo num mundo onde riqueza e poder vira critério de sucesso e poder. Assim o verdadeiro dono de muitos líderes é o dinheiro. A opção por Deus, pelo Evangelho, pelos pobres, pela natureza pede uma vida austera e um amor pelo outro, especialmente aos pobres.

Os evangelhos, ainda que bastante manuseados com leituras de quietude e calma, com apropriações pessoais, nos permitem perceber senão um discurso ecológico como vemos e sentimos hoje. Há, no entanto, na vida de Jesus e dos discípulos, um profundo respeito pela natureza e uma dependência dela para uma vida em comunidade. Há uma pergunta latente nos textos: Como viver a boa-nova de Jesus, preservando a natureza e o próximo?

A ideia é que as riquezas propiciadas pela natureza são suficientes para dar vida para todos, e vida em abundância, mas se reconhecermos que o Deus que

sustenta as aves e a erva do campo dá também a riqueza da natureza para sustentar a todos.

O Reino é o ideal e o lugar de cuidado mútuo, onde não sobra para ninguém, mas também não falta para ninguém o suficiente para a vida. E a *dikaïosyne* usada no texto significa antes de tudo as relações entre os seres humanos, pois somos nós que buscamos o que comer, ou o que vestir. Ele fala para o grupo, sua comunidade, princípio para todos. Deus não vai cuidar só de mim, mas de todos nós. Ou seja, de toda a criação. Para isso vai usar todos nós.

Bibliografia

1. NOTH, Martin. *El Mundo del Antiguo Testamento*. Madrid: Ed. Cristiandad, 1976.
2. HEATON, W. *La Vida en Tienpos del Antiguo Testamento*. Madrid: Ed. Taurus, 1959.
3. BELO, Fernando. *Lectura Materialista del Evangelio de Marcos*. Navarra: Ed. Verbo Divino, 1975.
4. CLÉVENOT, M. *Lectura Materialista de la Biblia*. Salamanda: Sígueme, 1978.
5. BAYLEY, A.E. *La Vida Cotidiana em los Tiempos Bíblicos*. Buenos Aires: Ed. Machette, 1947.
6. ALBRIGHT, W.F. *Arqueologia de Palestina*. Barcelona: Ed. Garriga, 1962.
7. LEIPOLDT, J.; GRUNDMANN, Walter. *El Mundo del Nuevo Testamento*. Madrid: Ed. Cristiandad, 1977.
8. JEREMIAS, Joaquín. *Jerusalém em el Tiempo de Jesus*. Madrid: Ed. Cristiandad, 1977,
9. WRIGHT, G.E. *Arqueologia Bíblica*. Madrid: Ed. Cristiandad, 1975,
10. DAVIES, W.D. *El Sermon de la Montaña*. Madrid: Ed. Cristiandad, 1975.
11. STRACH und BILLERBECH, *Kommentar zum Neuen Testamente aus Talmud und Midrasch*. Das Evangelium nach Matthaus (1922).
12. SCHWEIZER, E. *La Iglesia Primitiva, Medio Ambiente, Organizacion y culto*. Salamanca: Ed. Sígueme, 1974.
13. SCHOTTROFF, Luise; STEGEMANN, Wolfgang. *Jesus von Nazareth, Hoffnung der Armen*. Stuttgart: W. Kohlhammer, 1978.

Paulo Lockmann
Rua Marquês de Abrantes, 55
Flamengo
22230-061 Rio de Janeiro